



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER: 46/96

96.07.04

PEDIDO DE PARECER: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Assunto: Pedido de informação formulado pela Embaixada da República de Angola à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

I - DO PEDIDO

1. A Embaixada da República de Angola solicitou à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa informação relativa à situação académica de alunos angolanos matriculados em cursos de licenciatura naquela Faculdade.

A informação solicitada é o "ano em que estão matriculados" os referidos alunos.

2. A Faculdade, tendo dúvidas sobre a possibilidade de revelar a mencionada informação, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), suscita o parecer desta Comissão.

II - APRECIACÃO

3. A questão suscitada pelo pedido deve ser cindida em três, para breve apreciação:

- a informação consta de documentos administrativos, nos termos da LADA?

- a informação à qual se pretende aceder, face à economia e conceitos da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, que natureza tem?

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

- a Embaixada pode aceder a tal informação e, reflexamente, a Faculdade deve permitir o acesso?

4. Sem dúvida, a informação consta de documento administrativo, nos termos previstos pelo nº 1 do artigo 2º e pelo artigo 3º da LADA. Por isso, o disposto nesta lei aplica-se aos pedidos de acesso aos documentos onde consta tal informação.

5. Por outro lado, a informação - "ano em que os alunos estão matriculados" - face ao disposto na LADA é indubitavelmente informação de natureza não nominativa, constante de documento administrativo, na medida em que não se trata de dados pessoais nos termos em que a lei os define: "informação sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada "(alínea c) do nº 1 do artigo 4º da LADA).

6. Finalmente importa saber se a Embaixada da República de Angola pode aceder a documentos administrativos com informação de carácter não nominativo.

A LADA ao dispor no nº 1 do seu artigo 7º que "todos" têm direito de acesso não fixou quaisquer limitações. Assim, todos podem aceder: pessoas singulares e pessoas colectivas, entidades privadas e entidades públicas, cidadãos nacionais e cidadãos estrangeiros ...

III - PARECER

7. Assim, a C.A.D.A. emite parecer favorável ao acesso pela Embaixada da República de Angola à informação sobre o "ano em que estão matriculados" os alunos angolanos, nos cursos de licenciatura da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Lisboa, 4 de Julho de 1996

João Figueiredo (Relator) - Fernando Condesso - Mário Rui Marques de Carvalho - Hélio Corvelo de Freitas - José Renato Gonçalves - Branca Pena do Amaral - João Labescat - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente)